

Intervenção do deputado Franco Nogueira na Assembleia Nacional Portuguesa (Lisboa, 8 Abril 1970)

Source: Diário das Sessões. 08.04.1970, n° 30 (X Legislatura). Lisboa: Assembleia Nacional. www.parlamento.pt.

Copyright: All rights of reproduction, public communication, adaptation, distribution or dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

The documents available on this Web site are the exclusive property of their authors or right holders.

Requests for authorisation are to be addressed to the authors or right holders concerned.

Further information may be obtained by referring to the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_do_deputado_franco_nogueira_na_assembleia_nacional_portuguesa_lisboa_8_abril_1970-pt-180d38a7-676f-4cec-986c-6d180760c174.html

Publication date: 24/10/2012

Intervenção do deputado Franco Nogueira na Assembleia Nacional Portuguesa (Lisboa, 8 Abril 1970)

O Sr. **Franco Nogueira**: — Sr. Presidente: Saúdo e cumprimento V. Ex.^a e saúdo e cumprimento os Srs. Deputados. Pela primeira vez tomo hoje à Assembleia alguns momentos para me ocupar de matéria cuja actualidade é por todos reconhecida. Basta atentar no debate em curso em círculos económicos, industriais e outros, e na imprensa. Refiro-me ao problema da Europa e da Nação Portuguesa em face daquela. Ninguém, decerto, procura apoucar a dificuldade e a importância das interrogações que, quanto a este assunto, se podem formular, e, por isso, parece legítimo que cada um de nós queira oferecer a contribuição que lhe for possível. E julgo, Sr. Presidente, que a primeira preocupação de todos deverá ser a de situar o problema com a possível claridade. E direi desde já, com risco de afirmar o óbvio, que me parece ser a realidade portuguesa o primeiro factor essencial a ter em conta: a nossa realidade como nação, como povo e como destino. As demais realidades existem para além de nós, e não podemos nem devemos ignorá-las, nem esquecê-las, nem subestimá-las. Não é em função das mesmas, todavia, que nos devemos determinar; há que tê-las em consideração, sem dúvida, mas para saber como nos podemos defender quando for caso disso, ou para as aproveitar quando puderem servir os nossos interesses, ou para colaborar quando houver coincidência de objectivos.

Se isto é assim, em face do problema posto — a Europa e a Nação Portuguesa —, afigura-se que a pergunta fundamental a formular será esta: perante a realidade que é a Nação Portuguesa, quais são as realidades permanentes que melhor podem colaborar connosco no presente e melhor podem garantir o nosso futuro e o nosso destino? Posta a questão nestes termos — e creio que nestas premissas todos estaremos de acordo —, o ponto básico consiste em averiguar o que somos e onde estamos. Ora nós somos, na Europa, Sr. Presidente, um território que se encontra numa posição ímpar, sem paralelo com o de qualquer outra nação europeia.

Em primeiro lugar, temos apenas um só vizinho, e esse é e será sempre mais forte, mais rico, mais vasto que a parte europeia de Portugal. Salva a Inglaterra e a Irlanda, que são ilhas, nenhuma outra nação europeia se encontra na mesma situação. Isto quer dizer que nos está vedada a faculdade de nos defendermos da eventual pressão ou hostilidade de um vizinho procurando apoio noutro ou noutros. Se fôssemos fracos, estaríamos à mercê de uma só força.

Em segundo lugar, nós não somos um daqueles países europeus cuja independência está automaticamente assegurada pelo jogo de interesses e pelas exigências estratégicas dos grandes europeus. Uma Bélgica, uma Holanda, uma Suíça, e outros, têm a sua independência garantida pelas necessidades de equilíbrio de forças entre as três ou quatro maiores potências da Europa. Não é esse o nosso caso: para a Europa é irrelevante que a Península Ibérica seja politicamente unitária ou dividida.

Por fim, temos de estar conscientes de que, no nosso território europeu, não temos os recursos, a área, a população que nos permitam ser vítimas de uma guerra europeia e sobreviver-lhe, no caso de pertencermos à coligação vencida. Uma Alemanha ou uma França podem ser forçadas a um conflito, e perdê-lo, e sofrer às mãos do vencedor: mas serão sempre o povo francês e o povo alemão. Não é também esse o nosso caso: não temos na Europa, enquanto metrópole, suficiente individualidade e tipicidade para sobreviver a um conflito de que saíssemos derrotados.

O Sr. **Correia da Cunha**: — Não apoiado!

O **Orador**: — Se tudo isto é assim — e creio que quanto a estes factos não pode haver divergência, porque correspondem a realidades geográficas e físicas inegáveis —, teremos de concluir que a nossa força de resistência apenas podemos ir buscá-la fora e além da Europa, e esta consideração conduz-nos hoje e no futuro, como sempre nos conduziu no passado, ao ultramar.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — Neste, em conjunto com este, numa posição paritária e de completa igualdade, pode o

território português europeu ver garantida a sua segurança e assente o seu futuro, como é na unidade com a metrópole que o ultramar pode encontrar os maiores garantias do seu desenvolvimento e de se eximir ao domínio de imperialismos.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — Perante esta realidade, erguem hoje alguns o pendão da Europa. Para esses a Europa vai unir-se no plano económico e no plano político: vai integrar sem fronteiras e sem soberanias, como se fosse um só Estado: vai ser uma unidade homogénea, consistente e solidária: vai ser um continente próspero e opulento: e nós., Portugueses, se quisermos progredir, teremos de aderir a essa integração para beneficiarmos do desenvolvimento e da riqueza geral.

E alguns há, felizmente muito poucos, que vão mesmo mais longe: embora não tenham a coragem de o afirmar expressamente, no íntimo do seu pensamento dão prioridade à opção europeia sobre a opção ultramarina; e como na Europa e no Mundo é criticada em alguns sectores a nossa política no ultramar, esses entendem que deveríamos modificar esta para nos podermos tornar só europeus. Por outro lado, esses são os que nos apontam o Mercado Comum Europeu como sendo a grande e prestigiosa realidade económica e política: haverá que pertencer-lhe para termos prestígio e sermos prósperos; e se não conseguirmos entrar no Mercado Comum, todas as catástrofes se abatem sobre nós. Sempre foi um traço do nosso carácter o sebastianismo, e hoje dir-se-ia que temos o sebastianismo da Europa e do Mercado Comum, de que fiamos a redenção dos nossos desalentos e das nossas frustrações.

Perante estas ideias e estas frases, temos de ver serenamente quais são as realidades. Não é nova a ideia da Europa: tem pelo menos 2000 anos. Nunca houve integração económica europeia, mas apenas, e muito bem, cooperação económica. Nunca houve unidade política: foi na pluralidade de soberanias que a Europa sempre encontrou as virtualidades da sua acção no Mundo. Mas os tempos mudam e o homem evolui, e por isso é pertinente perguntar: não estaremos hoje em face de uma situação nova, como nunca houve no passado? A integração económica europeia e o Mercado Comum não serão realidades concretas, que alguns classificam de irreversíveis?

Apenas os ingénuos, Sr. Presidente, ou aqueles que tenham objectivos políticos determinados podem pensar assim. Estamos singelamente em face de mitos: a integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política. Basta atentarmos nas circunstâncias actuais para assim se concluir. A nova política alemã em direcção a leste representa um golpe profundo no Mercado Comum.

Como consequência, podemos observar uma nova política francesa, de natural aproximação com os Estados Unidos: é outro golpe igualmente profundo. Por outro lado, os Estados Unidos da América — e já nem fazem segredo disso — declararam a sua hostilidade ao Mercado Comum e à integração económica europeia. E as tensões internas entre os membros do Mercado Comum, em vez de se atenuarem, têm-se agravado, em particular no plano monetário e no plano agrícola. E a avisada e prudente Inglaterra, depois de ter friamente feito os seus cálculos no plano político e no plano económico, já não exprime o mesmo desejo de admissão na Comunidade Económica Europeia. E ainda há dias o actual chanceler alemão, que decerto pensa e pesa as suas palavras, afirmou em Londres que a integração europeia era qualquer coisa a ser decidido só pela próxima geração, ou talvez mesmo pela geração seguinte.

Parece, Sr. Presidente, que continuamos a ser perseguidos pela nossa fatalidade habitual: estamos em atraso. É no momento em que a nossos olhos se começa a desintegrar o sonho inviável da integração europeia que alguns erigem a Europa em obsessão a que deveríamos confiar o nosso desenvolvimento, a nossa riqueza, o nosso futuro. Eu tenho, como todos nós, o maior respeito pelos técnicos e pela técnica, e hoje, como sempre, uns e outra desempenham papel fundamental na vida e progresso de qualquer comunidade, e só temos que lhes prestar a nossa homenagem.

Mas, como acontece em todas as profissões, também neste caso encontramos diferenças, e parece que alguns tecnocratas portugueses sucumbem ao sortilégio e são impressionáveis pelo fascínio do mito europeu.

Para esses poucos, como para outros de outros sectores, ser europeu é ser moderno, é ser rasgado nos seus horizontes, é ver em grande e com largo alcance. Há que dizer tratar-se de uma atitude de simples snobismo político e intelectual. E há mesmo qualquer coisa de mais grave: dir-se-ia que esses não sentem a Nação Portuguesa na sua totalidade; e que, perante os valores permanentes do País, parecem proclamar a neutralidade de quem quer ficar alheio aos problemas que a defesa desses valores acarreta; e que pensam ser lícito aplicar aos problemas nacionais uma mentalidade e um espírito de gestão empresarial, indispensáveis e de encorajar para os seus fins próprios, mas inadequados a uma Nação, que não é uma fábrica ou oficina monumental.

O Sr. **Casal-Ribeiro**: — Muito bem!

O **Orador**: — Não se afigura, Sr. Presidente, que a comunidade portuguesa possa permitir uma tal atitude. A esses que assim agem, já algures, numa publicação estrangeira, vi designar por «eurocratas», e também já os vi definir como sendo aqueles que, perante a dificuldade de se imporem nos seus respectivos países, confiam a sua valorização própria ao papel que julgam poder desempenhar em organismos económicos internacionais. Mas a esses alguma coisa valerá a pena recordar.

Nunca a Europa teve em conta os interesses puramente portugueses. Na grande crise da nacionalidade dos fins do século XIV, durante o período doloroso dos fins do século XVI e princípios do século XVII, durante os inícios do século XIX e no decurso deste nunca a Europa teve na mais pequena conta os nossos interesses, nem nos auxiliou, nem nos defendeu dos perigos que então nos ameaçaram.

Mercê da nossa fraqueza, da pusilanimidade de alguns e do fascínio ingénuo de outros, perante ideias que ciclicamente são lançados além fronteiras, fomos nesses períodos somente um terreno em que se digladiavam interesses de terceiros e que era apenas utilizado para que os grandes europeus melhor pudessem organizar, à nossa custa, o equilíbrio que queriam estabelecer entre si.

E esta, Sr. Presidente, continua a ser a situação actual. Porque continuamos a não ter na Europa nenhum interesse vital a proteger, salvo quanto à Espanha; mas quanto a esse não é a Europa que nos ajudaria a defendê-lo, se por simples hipótese fosse ofendido; e por isso, enredarmo-nos nas complicações e rivalidades e lutas europeias equivale a prestarmo-nos a servir de moeda de troca para que os outros melhor regulem entre si os seus poderosos interesses. Por isso eu digo, Sr. Presidente, que não temos de ser europeus ou antieuropeus: temos de pensar em termos portugueses acima e além de tudo, e só dessa base temos de partir para ver o que nos convém.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — Não digo que sejamos hostis à Europa, e que não colaboremos com esta, ou que não tentemos obter o que nos for útil: digo que o devemos fazer no quadro dos interesses portugueses antes de mais.

E esse quadro português qual é? A realidade básica da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto de metrópole e ultramar. É este conjunto que a todos nos dá a força económica, o potencial estratégico, a dimensão política. Acaso alguém pensará que reduzidos à metrópole seríamos no Mundo o que actualmente somos? E acaso alguém pensará que, amputados e cingidos ao território europeu, seríamos ao menos mais prósperos? Só podem julgar assim os que, há pouco chegados e impressionáveis perante noções abstractas, e insensíveis a outros valores que não sejam os da sua tecnocracia, e nada vendo para além de horizontes limitados, são, por tudo isso, incapazes de distinguir o que é artificial e efémero do que é real e permanente, e por isso, no seu deslumbramento perante frases e noções aparentemente novas, não sabem ver quanto as mesmas têm de velhas, ou como são lançadas para servir interesses e objectivos alheios.

Ou então só podem julgar assim aqueles que, sem coragem para explicitar o seu pensamento integral, procuram na realidade propagar e fazer aceitar opções económicas que antecipadamente sabem conduzir depois a opções políticas que se tornavam então inevitáveis. Assim, através do pretexto de um progresso e de um desenvolvimento que por essa via não conseguiríamos, se frustrariam os sentimentos e a vontade que ainda em Outubro último a Nação bem claramente exprimiu. Por todos estes são-nos apresentadas múltiplas

sugestões. Há quem lance a ideia de um mercado comum ibérico. Mas temos de ver que entre os dois territórios em que politicamente a Península está separada não há paralelismo de potencial, nem equilíbrio de recursos, nem equivalência de população, nem semelhança de áreas — e estas realidade indestrutíveis não podem ser apagadas por expressões verbais de amabilidade e cortesia — e uma tal construção económica arrastar-nos-ia, talvez lenta mas seguramente, para uma situação que nenhum de nós deseja. Temos de ser e devemos ser amigos do grande povo espanhol, e é no interesse de ambos que assim seja...

O Sr. **Júlio Evangelista**: — Muito bem!

O **Orador**: —..., mas não percamos de vista os factores iniludíveis a que há pouco fiz referência.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — Alias, esta alusão à Espanha fornece-nos um exemplo significativo. Todos concordam em que a Espanha tem na última década alcançado extraordinário progresso económico, industrial, comercial, e que cresceu substancialmente o nível de vida do povo espanhol. Só temos de nos congratular com o facto.

Mas para obter aqueles resultados não foi preciso à Espanha pertencer ao Mercado Comum, ou à E.F.T.A., nem integrar-se na Europa, e foi fora de todos os agrupamentos que a Espanha melhor defendeu os seus interesses. (Mas há ainda quem sustente entre nós que o segredo do nosso futuro está numa integração no Mercado Comum. Se o fizéssemos, nos termos em que a proposição nos é submetida, passaríamos a ser colonizados pela Europa, e depois a Europa colonizaria o ultramar português. Podemos estar certos de que a Europa não vai cuidar da nossa prosperidade. Seria este mais um momento em que nos precipitaríamos atrás dos princípios dos outros, e de cada vez que o fazemos estamos convictos de que esses princípios são irreversíveis, e só mais tarde, e por alto preço, nos damos conta do erro e da precipitação. É a eterna obsessão de alguns de que só estamos integrados na política internacional se fizermos a política de terceiros, mas o que nos interessa é termos a nossa própria política, e isso é que nos dá prestígio e impõe respeito.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador**: — E a verdade é que no momento em que não tivéssemos em desacordo ou conflitos com ninguém, e só recebêssemos boas e piedosas palavras de todos os países e governos, então já não teríamos política independente, nem estávamos já defendendo os nossos objectivos, mas somente apoiando os de outros. E a outra coisa não nos levaria a opção europeia. De resto, repare-se que uma opção europeia nossa teria inevitavelmente de passar pela Espanha, com tudo o que isso implicaria.

Por outro lado, enquanto a Europa se preocupa em conquistar mercados noutros continentes, alguns de nós parecem de súbito obcecados com o mercado europeu, em que dificilmente podemos competir; e no planeamento que fazem esquecem o nosso próprio mercado interno — metrópole e ultramar —, que é o nosso, e que outros se apressariam a ocupar rapidamente se tivéssemos a ingenuidade, que seria trágica, de não encararmos os problemas nacionais num plano global integral. Se acaso nos entregássemos amarrados à Europa, arrastaríamos uma existência precária e nominal, e isso seria planear em pequeno e estreito horizonte.

Objectam alguns que os países da E.F.T.A., ou muitos deles, podem amanhã ser admitidos no Mercado Comum, e que seria para nós desastrosa a situação se ficássemos excluídos. Confesso não compreender o argumento. Se e quando aquela hipótese se der, o Mercado Comum passaria a ser uma construção inteiramente diferente da actual, com outros princípios e outra estrutura, outra política, outro carácter. Se os países da E.F.T.A., designadamente a Inglaterra, entrarem no Mercado Comum, este será desde logo diluído na sua rigidez; e então ajuizaremos melhor de qual o comportamento que nos convém e a forma de negociar. Mas há ainda, Sr. Presidente, os que olham a metrópole como base separada de desenvolvimento donde se partiria para desenvolver depois o ultramar. Creio que estamos, aqui, em erro. É que o próprio desenvolvimento da metrópole comporta ópticas diferentes, consoante a encaremos sozinha ou em conjunto com o ultramar; é que seria mais lento o próprio desenvolvimento da metrópole, como seria o do ultramar, se fossem feitos isoladamente; e caberá perguntar, além disso, se o ultramar esperaria pelo desenvolvimento

da metrópole.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — Enquanto aguardassem que a metrópole se desenvolvesse, que fariam as províncias? Aguardariam pacientemente, ou seriam desenvolvidas por outros, que o fariam, decerto, à revelia da metrópole e, sobretudo, contra esta?

O Sr. **Casal-Ribeiro:** — Muito bem!

O **Orador:** — Por tudo isto, eu diria que só uma política global, de planeamento integral, é que pode ser uma política larga, grande e rasgada.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — Dois pontos mais, Sr. Presidente, e concluirei as minhas palavras.

Afigura-se que alguns julgam, ou pelo menos insinuam, que uma política nacional destinada a manter a Nação íntegra na sua totalidade actual é uma política antiquada, virada ao passado, conservadorista, mesmo reaccionária; e que é uma política de protecção de interesses criados, de travão ao desenvolvimento, de monopólios económicos, de simples apego a valores históricos: e que é uma política onde não cabe a justiça social e uma mais equitativa distribuição da riqueza nacional.

Por mim, penso que temos de reabilitar o ideário português e afirmar corajosamente que a política nacional portuguesa não é conservadora, mas audaciosa, não é antiquada, mas de futuro, e não está apegada a valores históricos, mas a interesses materiais colectivos, concretos e palpáveis, de hoje e de amanhã.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — Justiça social — que todos queremos — só se faz na base da repartição da riqueza; e não se reparte mais riqueza do que a que houver ou se possa criar: acaso ficávamos mais ricos sem o ultramar ou este mais rico sem a metrópole, ou acaso poderemos criar mais riqueza e mais depressa apenas com os recursos da metrópole?

Não, Sr. Presidente: os que defendem uma política nacional global são no fundo muito mais ousados, muito mais revolucionários, muito mais ambiciosos do que os que preconizam uma política limitada e burguesmente europeia.

O Sr. **Serras Pereira:** — Muito bem!

O **Orador:** — E como tudo isto diz respeito ao futuro da Nação, todos nos deveríamos empenhar em explicar à juventude esta política de grandeza nacional — porque nessa política é que verdadeiramente está o seu futuro.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — E o meu último ponto é este. Quero aplaudir a forma como foi criada pela Presidência do Conselho, e para funcionar sob a orientação do Sr. Ministro das Finanças e da Economia, uma comissão destinada a estabelecer contactos e eventualmente a negociar com o Mercado Comum. Já há tempo atrás o Chefe do Governo, em entrevista a um jornal estrangeiro, afirmara que a opção europeia não se podia sobrepor à opção ultramarina.

Dentro da mesma linha nacional e de coerência, o Sr. Presidente do Conselho deu agora àquela comissão, como mandato, o encargo de estudar as formas de possível participação nos movimentos de integração europeia. Creio que só podemos dar o nosso incondicional aplauso à maneira prudente, esclarecida e sem

precipitações como foi estabelecido o mandato da comissão.

Vozes: — Muito bem!

O **Orador:** — Temos, com efeito, de ser pragmáticos. Estudemos o problema com serenidade, façamos as nossas contas friamente, negociemos com a Europa; mas procuremos fazê-lo numa posição de independência, sem mostrar deslumbramentos infundados e que nos enfraqueçam por antecipação. E a totalidade da Nação Portuguesa tem decerto um muito maior poder de negociação: utilizemos esse poder; não o diminuamos de modo algum. Por isso, e muito bem, a comissão está incumbida pelo Chefe do Governo de estudar as formas de participação nos arranjos europeus e de averiguar, entre as múltiplas formas possíveis, aquela que mais convenha aos interesses nacionais permanentes. A orientação superior do Presidente do Conselho e do Ministro das Finanças e da Economia constitui garantia de que assim se fará.

Vozes: — Muito bem, muito bem!

O orador foi muito cumprimentado.